

## INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE MINAS GERAIS - INDI

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE MINAS GERAIS - INDI  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - INDI CNPJ: 17.398.512/0001-50  
BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM R\$ 1)

ATIVO		2018	2017
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>3.463.961</b>	<b>4.101.323</b>
Disponibilidades	4	3.420.566	3.999.320
Adiantamentos		43.395	75.536
Estoques		-	18.846
Tributos a compensar		-	7.247
Despesas antecipadas		-	374
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>588.518</b>	<b>2.989.691</b>
Conta corrente - BDMG	8	-	965.768
Conta corrente - CODEMIG	8	-	1.256.511
Depósitos judiciais		5.600	97.548
Investimentos		1.315	1.445
Imobilizado	5	444.915	473.948
Intangível	6	136.688	194.471
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>4.052.479</b>	<b>7.091.014</b>

PASSIVO		2018	2017
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>1.633.396</b>	<b>3.356.125</b>
Fornecedores		258.355	224.563
Obrigações fiscais	10	30.115	28.646
Encargos trabalhistas		22.445	20.956
Provisões trabalhistas	7	1.146.272	851.945
Adiantamento de mantenedores	8	-	2.230.015
Provisões diversas		176.209	-
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>172.389</b>	<b>3.505.083</b>
Conta corrente - CEMIG		-	3.070.927
Outras provisões	11	172.389	111.614
Adiantamento de mantenedores - LP	8	-	322.542
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.246.694</b>	<b>229.806</b>
Capital social	9	235.000	235.000
Reserva de lucro	9	2.017.018	-
Ajuste de avaliação patrimonial		(5.324)	(5.194)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>4.052.479</b>	<b>7.091.014</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM R\$ 1)

	2018	2017
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>15.770.362</b>	<b>15.708.051</b>
Dotações dos mantenedores		
BDMG - Cessão de pessoal	239.983	371.589
Participação dos mantenedores	15.530.379	15.336.462
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>15.770.362</b>	<b>15.708.051</b>
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>(15.508.385)</b>	<b>(16.215.986)</b>
Despesas gerais	(5.486.636)	(6.331.690)
Despesas com pessoal	(9.772.837)	(9.699.269)
Depreciações e amortizações	(248.912)	(185.027)
<b>Despesas/Receitas Financeiras</b>	<b>218.680</b>	<b>483.391</b>
Receitas Financeiras	230.714	488.357
Despesas Financeiras	(12.034)	(4.966)
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(15.289.705)</b>	<b>(15.732.595)</b>
<b>SUPERAVIT DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.017.018</b>	<b>-</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM R\$ 1)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	RESERVA DE LUCRO	SUPERAVIT / DEFICIT DO EXERCÍCIO	TOTAL ACUMULADO
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	235.000	(2.639)	-	-	232.361
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(2.555)	-	-	(2.555)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	235.000	(5.194)	-	-	229.806
Superávit do Exercício	-	-	-	2.017.018	2.017.018
Transferência para reserva	-	-	2.017.018	(2.017.018)	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(130)	-	-	(130)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	235.000	(5.324)	2.017.018	-	2.246.694

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM R\$ 1)

EXERCÍCIO	2018	2017
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>2.017.018</b>	<b>-</b>
Superávit do exercício	2.017.018	-
<b>Ajuste por:</b>	<b>261.304</b>	<b>182.215</b>
Depreciação e amortização	248.912	185.027
Baixa de ativos	12.392	-
Reversão de perdas por desvalorização	-	(2.812)
<b>Saldo Ajustado</b>	<b>2.278.322</b>	<b>182.215</b>
<b>(Aumento) / Redução de ativos</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Estoques	18.846	(1.255)
Adiantamento de férias	29.146	(16.020)
Adiantamento de licença remunerada	(29.003)	7.429

Adiantamento de fornecedores	1.203	(1.203)
Adiantamento de viagens	30.795	(13.477)
Adiantamento de honorários	-	22.983
Despesas antecipadas	374	(374)
ISS a recuperar	1.594	(1.594)
IRRF a recuperar	5.653	(5.653)
C/C BDMG	965.768	495.906
C/C CODEMIG	1.256.511	493.612
Depósitos Judiciais	91.948	-
<b>Total de redução / aumento de ativos</b>	<b>2.372.835</b>	<b>980.354</b>

(Aumento) / Redução de passivos	2018	2017
Fornecedores - PJ	35.985	(131.490)
INSS a recolher	-	(126.173)
FGTS	-	(48.345)
PIS	-	(4.701)
Provisão de férias	325.742	4.633
Provisão de férias - diretoria	(60.386)	73.084
Provisão de férias - Dataviva/Exportaminas	28.971	15.481
Reembolso a efetuar	(3.043)	1.738
SEPLAG	-	(142.950)
Garantia contratual	850	6.810
C/C CEMIG	(3.070.927)	-
Provisão despesas diversas	176.209	-
Contribuições retidos na fonte - CSRF	1.098	(1.049)
INSS retenções	504	7.173
IRRF	136	427
IRRF - empregados e diretoria	-	(105.014)
ISS a recolher	(269)	4.163
Adto - Cemig - Proj. Nfe	(978.767)	450.000
Adto - BDMG - Proj. Nfe	(326.256)	150.000
Adto - Cemig - Proj. Exportaminas	(347.304)	(299.729)
Adto - BDMG - Proj. Exportaminas	(344.905)	129.228
Adto - CODEMIG - Proj. Exportaminas	(232.782)	232.782
Adto - Cemig - Proj. Nfe - LP	(112.500)	(450.000)
Adto - BDMG - Proj. Nfe - LP	(37.500)	(150.000)
Adto - Cemig - Proj. Exportaminas - LP	(129.407)	(517.626)
Adto - BDMG - Proj. Exportaminas - LP	(43.136)	(172.542)
Honorários - convênio UFGM	1.489	2.600
Prov. Processos Cíveis	60.775	6.014
<b>Total de redução / aumento de passivos</b>	<b>(5.055.423)</b>	<b>(1.065.486)</b>

<b>Caixa líquido consumido nas atividades operacionais</b>	<b>(404.266)</b>	<b>97.083</b>
--	------------------	---------------

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	2018	2017
Aquisição de imobilizado - móveis e utensílios	(160)	(91.392)
Aquisição de imobilizado - máquinas e equipamentos	(13.777)	(11.553)
Aquisição de imobilizado - equipamentos de informática	(52.856)	(67.686)
Aquisição de intangível - software	(107.695)	(34.530)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(174.488)</b>	<b>(205.161)</b>

<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
--	----------	----------

<b>Aumento (Redução) das disponibilidades</b>	<b>(578.754)</b>	<b>(108.078)</b>
---	------------------	------------------

<b>Saldo de caixa + equivalente de caixa no início do exercício</b>	<b>3.999.320</b>	<b>4.107.398</b>
Caixa	36.196	1.421
Fundo Fixo	449	66
Banco Itaú	10	10
Banco Itaú - Aplicação	418.742	2.598.643
Banco Itaú - Aplicações 40521/201	1.922.202	-
Banco Itaú - Aplicações 40521/202	1.621.721	1.507.258

<b>Saldo de caixa + equivalente de caixa no final do exercício</b>	<b>3.420.566</b>	<b>3.999.320</b>
Caixa	16.895	36.196
Fundo Fixo	95	449
Banco Itaú	10	10
Banco Itaú - Aplicação	1.335.827	418.742
Banco Itaú - Aplicações 40521/202	2.067.739	1.621.721
Banco Itaú - Aplicações 40521/201	-	1.922.202

<b>Aumento (Redução) nas disponibilidades</b>	<b>(578.754)</b>	<b>(108.078)</b>
---	------------------	------------------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## 3. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM R\$ 1)

## Nota nº 01 - Contexto Operacional:

O Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais - INDI, pessoa jurídica de direito privado, na forma de sociedade simples sem fins lucrativos, integra a Administração Pública Indireta do Poder Executivo de Minas Gerais, com fundamento no art. 14, inciso V, da Constituição do Estado, de 21 de setembro de 1989 e nos termos da Lei nº 22.257, de 27 de julho de 2016, alterada pela Lei nº 22.287 de 14 de setembro de 2016.

Constitui seu objeto social a execução de políticas de desenvolvimento do Estado, nos termos do art. Da Lei nº 15.682/2005, com redação da Lei nº 22.287/2016, buscando, no Brasil e no exterior, investimentos para o Estado e acompanhando o desenvolvimento da atividade empresarial após a instalação do respectivo empreendimento em território mineiro, com vistas à retenção, perenidade e ampliação deste.

A entidade possui como mantenedores a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig - e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A - BDMG.

A entidade possui auditoria interna, a qual executa, periodicamente, atividades de revisão de controles internos e procedimentos, auxiliada por auditores internos de seus mantenedores.

## Nota nº 02 - Apresentação das Demonstrações:

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, bem como os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Na preparação das suas demonstrações contábeis, a entidade adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação brasileira são adotadas como práticas contábeis no Brasil.

Conforme a NBC-ITG-2002, item 22, a entidade evidenciou todas as demonstrações obrigatórias às entidades sem finalidade lucrativa, as quais são: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas.

A atual diretoria do INDI assinou e aprovou as demonstrações contábeis tendo em vista sua nomeação em 10 de abril de 2019 na 189ª reunião do Conselho Superior do INDI e a exoneração da diretoria anterior, na mesma reunião do Conselho Superior.



**Nota nº 03 – Principais Diretrizes Contábeis:****APURAÇÃO DO RESULTADO**

O resultado, apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes.

**APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

Registrados pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

**IMOBILIZADO**

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações sobre o imobilizado foram calculadas pelo método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens (Nota Explicativa nº 5).

**PASSIVO CIRCULANTE**

Apresentado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos em base “pro-rata”.

**USO DE ESTIMATIVAS**

Na aplicação das políticas contábeis da entidade, a administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para aqueles cujos valores não sejam facilmente obtidos a partir de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das estimativas contábeis são reconhecidos no período em que são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

**Vida útil dos bens do imobilizado:** a entidade revisa a vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado anualmente, e as taxas atualmente utilizadas são julgadas representativas das vidas úteis destes.

Nota nº 04 – Caixa e equivalentes de caixa	2018	2017
Caixas/Bancos	17.000	36.655
Aplicações financeiras	3.403.566	3.962.665
	<b>3.420.566</b>	<b>3.999.320</b>

**Nota nº 05 – Imobilizado**

	2018			2017	Taxas normais
	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Anuais de Deprec/Amort
Móveis e utensílios	423.110	(68.677)	354.433	399.250	10%
Máquinas e equipamentos	72.960	(45.257)	27.703	26.080	10%
Equipamentos de informática	409.327	(284.171)	125.156	110.995	20%
Prov. perda por desvalorização	(62.377)	-	(62.377)	(62.377)	
	<b>843.020</b>	<b>(398.105)</b>	<b>444.915</b>	<b>473.948</b>	

De acordo com o CPC 27 – Ativo Imobilizado e a ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e a Propriedade, foi realizada a avaliação do valor dos ativos imobilizados em 2016, cujo valor do laudo apresentado resultou em uma provisão para perdas por desvalorização registrada na competência devida. Para o exercício de 2018 o valor líquido da provisão para perdas por desvalorização é de R\$ 62.377. Os bens adquiridos após a data do laudo técnico estão sendo depreciados pelas taxas normais, conforme sua classificação.

**Nota nº 06 – Intangível**

	2018	2017
Marcas e patentes	2.790	2.790
Software	3.376.401	3.272.007
(-) Amortização acumulada	(3.242.503)	(3.080.326)
	<b>136.688</b>	<b>194.471</b>

Estão registradas as licenças de uso de softwares: SAP, Synos, Apolo/Mix, Creative Cloud, Windows Server Microsoft 2012 ou 2016, antivírus corporativo, gestão de ativos de rede, verificação de licenças de software, controle remoto e questionários online.

**Nota nº 07 – Provisões Trabalhistas**

Valor referente às férias provisionadas dos empregados concursados do INDI, diretores e assessores, exceto aqueles cedidos pelos mantenedores.

**Nota nº 08 – Contas a Receber e a Pagar aos Mantenedores**

Valores a receber dos mantenedores Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A - BDMG e Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig e a pagar ao antigo mantenedor Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, decorrentes de operações de manutenção da entidade até o exercício de 2017. No exercício corrente por meio da Proposta de Resolução do Conselho Superior fica firmado “Termo conjunto de equalização” declarando por parte da antiga mantenedora a plena e integral quitação do saldo credor que lhe cabe.

**Nota nº 09 – Capital Social**

O Capital Social subscrito e totalmente integralizado é composto por 235.000 cotas, no valor de R\$ 1 (um real) cada, sendo 117.500 pertencentes à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig e 117.500 pertencentes ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A – BDMG.

**Reserva de lucro**

Constituído após os ajustes decorrentes do “Termo conjunto de equalização entre CEMIG/BDMG/CODEMIG/INDI” declarando por parte da antiga mantenedora Cemig, a plena e integral quitação do saldo credor que lhe cabe, por parte do BDMG, a regularização dos saldos contábeis referentes aos recebíveis e por parte do INDI, que não houve perda de capacidade da execução de suas atividades previstas no PDM de 2016 e 2017 em virtude do saldo devedor dos mantenedores BDMG e CODEMIG.

**Nota nº 10 – Tributos**

A entidade é isenta do pagamento de Imposto de Renda – IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL, Contribuição para o Programa de Integração Social - COFINS, na forma da Lei nº 9.532/97 (Art. 174 do RIR/99).

**Nota nº 11 – Contingências**

A entidade é parte em ações cíveis perante tribunais, oriundo do curso normal de suas operações. A administração acompanha o desenvolvimento desses processos e, com base na opinião de seus consultores jurídicos, constitui provisão em montante conside-

rado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

A avaliação das chances das ações ajuizadas pela entidade é realizada exclusivamente pelos advogados das causas, que utilizam os exames da jurisprudência para fins de classificação.

Os processos judiciais classificados pelos consultores jurídicos da entidade como perdas prováveis montam em R\$ 172.389 (em 2017 R\$ 111.614). Referentes a estas ações foram feitos depósitos judiciais no valor de R\$ 5.600. Estes valores, que totalizam R\$ 172.389 estão classificados no grupo “Outras Provisões”. Ainda, transitam outros processos judiciais classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos e montam em R\$ 1.122.606.

**THIAGO COELHO TOSCANO** - Diretor Presidente

**DANIEL ANTÔNIO MIRANDA DE MESQUITA** - Diretor de Gestão de Projetos e Administrativo

**MARCO PAULO RODRIGUES RIBEIRO** - Contador CRC-MG 087.256/O-9

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Srs. Diretores do  
**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE MINAS GERAIS - INDI**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE MINAS GERAIS - INDI**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE MINAS GERAIS - INDI** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase – Mantenedores**

Conforme descrito na nota explicativa nº 08, o **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE MINAS GERAIS - INDI** possui como mantenedores a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A – BDMG. No exercício de 2018 foi firmado “Termo conjunto de equalização entre CEMIG/BDMG/CODEMIG/INDI” declarando por parte da antiga mantenedora Cemig, a plena e integral quitação do saldo credor que lhe cabe, por parte do BDMG, a regularização dos saldos contábeis referentes aos recebíveis e por parte do INDI, que não houve perda de capacidade da execução de suas atividades previstas no PDM de 2016 e 2017 em virtude do saldo devedor dos mantenedores BDMG e CODEMIG.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 09 de maio de 2019

**SOLTZ, MATTOSO & MENDES**  
Auditores Independentes  
CRCMG Nº 002.684/O

**Fernando Antonio Lopes Matoso**  
Contador CRCMG 11.628/O-3

Página 2/2

